

**CONSTRUINDO UMA ESCOLA PARA TODOS: EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA, DIVERSIDADE E COLABORAÇÃO**

Patrícia Oliveira de Jesus

Licenciatura em Pedagogia

[patiararas19@yahoo.com.br](mailto:patiararas19@yahoo.com.br)

Juliana Rafaela Cardozo Bueno

Licenciatura em Pedagogia

[cardozojuliana337@gmail.com](mailto:cardozojuliana337@gmail.com)

Josilene Dias dos Santos Martins

Licenciatura em Pedagogia

[josilene.neph@gmail.com](mailto:josilene.neph@gmail.com)

Kelly Fernanda Medeiros Curtolo

Licenciatura em Artes Visuais

[kelly.curtolo@professor.educacaoararas.sp.gov.br](mailto:kelly.curtolo@professor.educacaoararas.sp.gov.br)

Ellen Elis Ortiz do Nascimento

Licenciatura em Letras e Pedagogia

[ellenelisrp@gmail.com](mailto:ellenelisrp@gmail.com)

## Resumo

A inclusão escolar tornou-se um tema central no cenário educacional contemporâneo, por destacar o compromisso das instituições de ensino com a diversidade e o direito de todos à aprendizagem.

A inclusão implica reconhecer as diferenças como parte natural do processo educativo, superando práticas que restringem a participação dos estudantes. Nesse sentido, a escola precisa revisar suas práticas e sua organização para criar um ambiente acolhedor, capaz de oferecer condições significativas de desenvolvimento para todos os alunos.

**Palavras chaves:** inclusão, ensino colaborativo, adaptação curricular

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema que tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente por colocar em evidência o compromisso da escola com a diversidade e o direito de todos à educação. Segundo Mantoan (2015), incluir significa reconhecer as diferenças como parte essencial do processo educativo, rompendo com práticas excludentes e valorizando o potencial de cada aluno.

Nessa perspectiva, o ambiente escolar deve ser repensado para acolher e oferecer condições de aprendizagem significativas a todos.

Pletsch (2020) reforça essa ideia ao destacar o ensino colaborativo como estratégia fundamental para efetivar a inclusão, pois promove o trabalho conjunto entre professores e outros profissionais da educação, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica.

Já Vigotski (2007) contribui ao enfatizar que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais, sendo o aprendizado um processo mediado e construído coletivamente.

Assim, refletir sobre a inclusão escolar à luz desses autores é compreender que educar é um ato de compromisso social, pautado na cooperação, no respeito às diferenças e na construção conjunta do conhecimento.

## **DESENVOLVIMENTO**

A implementação da inclusão escolar exige compreender que a escola é um espaço social dinâmico, onde a diversidade deve ser reconhecida e valorizada. Mantoan (2015) destaca que:

Incluir não significa apenas admitir o aluno na escola, mas proporcionar condições para que ele participe efetivamente do processo de aprendizagem, superando barreiras físicas, cognitivas ou sociais. A inclusão requer mudanças na cultura escolar, nas estratégias pedagógicas e na formação dos professores, de modo a transformar práticas excludentes em oportunidades de desenvolvimento para todos." (MANTOAN, 2015, p. 27)

Nesse contexto, o ensino colaborativo surge como uma ferramenta estratégica para operacionalizar a inclusão. Pletsch (2020) afirma que:

O ensino colaborativo possibilita que os professores, juntos, planejem, desenvolvam e avaliem atividades pedagógicas que considerem as necessidades de cada aluno, promovendo a participação de todos e favorecendo a aprendizagem significativa. A colaboração entre educadores contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, no qual o respeito à diversidade é



incorporado às práticas diárias." (PLETSCH, 2020, p. 52)

Além disso, compreender como se dá o desenvolvimento cognitivo e social é fundamental para que a inclusão seja efetiva. Vigotski (2007) explica que:

Os processos psicológicos superiores desenvolvem-se primeiramente nas interações sociais e só posteriormente se internalizam no indivíduo. O aprendizado é, portanto, um fenômeno mediado socialmente, dependente das experiências culturais e das relações que o sujeito estabelece com outros mais experientes." (VIGOTSKI, 2007, p. 36)

Essa perspectiva evidencia que a inclusão não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve práticas pedagógicas que promovam participação ativa, interação social e aprendizado significativo.

A articulação entre o ensino colaborativo e a compreensão do desenvolvimento mediado socialmente contribui para a construção de uma escola que acolhe, valoriza e potencializa as diferenças, transformando-as em oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Dando continuidade à discussão sobre inclusão escolar, é essencial considerar que a mediação social desempenha papel central no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos. Vigotski (2007) reforça que:

O aprendizado genuíno ocorre quando o indivíduo participa de atividades socialmente estruturadas, nas quais interage com colegas ou adultos mais

experientes, internalizando progressivamente os processos psicológicos que inicialmente se manifestam no plano social. Dessa forma, o ensino deve criar situações de mediação que promovam a construção conjunta do conhecimento e o desenvolvimento de competências cognitivas complexas.” (VIGOTSKI, 2007, p. 39)

Essa perspectiva é particularmente relevante quando se pensa em alunos com necessidades específicas, como aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. Schwartzman (2015) observa que:

Alunos com Transtorno do Espectro Autista apresentam características singulares no desenvolvimento social e na comunicação, o que exige adaptações pedagógicas e estratégias de ensino inclusivas que respeitem suas particularidades. A educação inclusiva não se limita à presença física na sala de aula, mas envolve garantir que esses alunos participem de forma ativa, significativa e com suporte adequado para promover sua aprendizagem e integração social.”  
(SCHWARTZMAN, 2015, p. 178)

Assim, a escola inclusiva deve articular práticas colaborativas, mediação social e estratégias específicas de ensino que considerem as necessidades de cada aluno. Ao integrar o entendimento do desenvolvimento mediado socialmente, conforme Vigotski, com a atenção às particularidades de alunos com TEA, segundo Schwartzman, torna-se possível criar ambientes educativos que favoreçam tanto a aprendizagem quanto a socialização.

Essa abordagem reforça a ideia de que a inclusão não é um ato isolado, mas um processo contínuo de adaptação, planejamento e colaboração entre

educadores, alunos e comunidade escolar, buscando sempre promover o direito de todos à participação plena e ao desenvolvimento integral.

Complementando a perspectiva sobre mediação social e atenção às necessidades específicas, Mantoan (2015) enfatiza que a inclusão deve ser compreendida como um processo amplo e contínuo, que ultrapassa a simples presença física do aluno na escola:

A inclusão escolar envolve repensar a organização do ensino, a formação dos professores e a relação entre alunos, de modo a criar condições para que todos participem de forma efetiva. É um processo que exige flexibilidade, planejamento pedagógico diferenciado e atenção às singularidades de cada estudante, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento social de todos.”  
(MANTOAN, 2015, p. 35)

Nesse contexto, o ensino colaborativo se apresenta como um recurso fundamental para operacionalizar a inclusão. Pletsch (2020) destaca que:

O trabalho colaborativo entre professores permite que estratégias pedagógicas sejam compartilhadas, adaptadas e enriquecidas, garantindo que diferentes perspectivas sobre o aprendizado sejam consideradas. Essa cooperação não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalece a convivência, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo.” (PLETSCH, 2020, p. 57)

Dessa forma, é possível perceber que a inclusão escolar efetiva exige a integração de múltiplos elementos: a mediação social do aprendizado, a atenção às necessidades específicas de cada aluno e a articulação de práticas pedagógicas colaborativas.

Ao considerar os processos psicológicos superiores, conforme Vigotski, e as características dos alunos com TEA, segundo Schwartzman, os professores podem desenvolver estratégias que promovam tanto a aprendizagem quanto a interação social. Simultaneamente, a visão de Mantoan e Pletsch reforça a necessidade de repensar a organização escolar e o trabalho docente, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação e desenvolvimento.

Assim, a escola torna-se um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual as diferenças são valorizadas e transformadas em potenciais de aprendizagem e crescimento para todos.

Ampliando a discussão sobre a inclusão escolar, torna-se evidente que a prática educativa precisa ser orientada por princípios de equidade e respeito às diferenças, de modo a garantir a participação efetiva de todos os alunos. Stainback e Stainback (1999) afirmam que:

A inclusão não consiste apenas em colocar alunos com necessidades especiais em salas regulares, mas envolve a criação de um ambiente que responda às necessidades individuais, por meio de adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diversificadas e apoio contínuo. Educadores devem trabalhar colaborativamente para construir um espaço de aprendizagem que seja realmente acessível e significativo para todos.” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 42)

Neste sentido, a compreensão do aprendizado como um processo mediado socialmente, proposta por Vigotski e retomada por Oliveira (2013), reforça a importância da interação e da mediação pedagógica no desenvolvimento das competências cognitivas:

O aprendizado e o desenvolvimento não são processos isolados; eles se constituem em um processo sócio-histórico, no qual a participação do indivíduo em práticas culturais compartilhadas permite a internalização de conhecimentos e habilidades. A escola, portanto, deve organizar situações de ensino que promovam a colaboração, a comunicação e a construção conjunta do saber." (OLIVEIRA, 2013, p. 51)

Além disso, Glat (2007) enfatiza que a inclusão exige não apenas mudanças estruturais, mas também culturais dentro da escola:

A efetivação da educação inclusiva depende da construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade, incentive práticas pedagógicas flexíveis e promova atitudes de respeito e cooperação entre todos os membros da comunidade educativa. A inclusão é um processo que exige reflexão crítica, formação continuada dos professores e compromisso coletivo para ser sustentável." (GLAT, 2007, p. 64)

Portanto, integrar essas perspectivas evidencia que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo complexo e contínuo, que envolve

adaptações curriculares, mediação social, trabalho colaborativo entre professores e a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Ao articular as contribuições de Stainback e Stainback, Oliveira e Glat com os conceitos de Mantoan, Pletsch, Vigotski e Schwartzman, torna-se possível delinear práticas pedagógicas que promovam o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento integral de todos os alunos, valorizando as diferenças e transformando-as em oportunidades de crescimento coletivo.

A implementação de práticas inclusivas na escola exige que os conceitos teóricos sobre mediação social, colaboração docente e atenção às necessidades individuais sejam traduzidos em ações concretas no cotidiano escolar. Stainback e Stainback (1999) enfatizam que:

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os educadores planejem e desenvolvam estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades de cada aluno, promovendo participação ativa e aprendizagem significativa. Isso inclui a utilização de recursos diferenciados, atividades colaborativas e apoio contínuo, de modo que todos os estudantes se sintam valorizados e capazes de contribuir para o processo coletivo de construção do conhecimento.” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 56)

Neste contexto, a mediação social proposta por Vigotski e retomada por Oliveira (2013) oferece fundamentos essenciais para orientar a prática pedagógica:

Ao compreender que o aprendizado se dá primeiramente no plano social e só posteriormente se internaliza, professores

podem organizar situações de ensino que incentivem a interação, o diálogo e a resolução conjunta de problemas. Essa abordagem permite que alunos com diferentes ritmos e estilos de aprendizagem se beneficiem de experiências colaborativas, promovendo desenvolvimento cognitivo e socioemocional." (OLIVEIRA, 2013, p. 62)

A efetivação dessas estratégias depende também de uma cultura escolar inclusiva, como ressalta Glat (2007):

A inclusão só se torna realidade quando a escola valoriza a diversidade e incorpora práticas pedagógicas flexíveis e colaborativas, envolvendo todos os atores da comunidade educativa. Formar professores preparados para trabalhar em conjunto, refletir sobre suas práticas e adaptar metodologias é fundamental para criar um ambiente em que cada aluno possa se desenvolver plenamente." (GLAT, 2007, p. 71)

Praticamente, isso pode se traduzir em ações como a organização de grupos de aprendizagem cooperativa, onde alunos com diferentes habilidades trabalham juntos em tarefas significativas, ou na adoção de planos de ensino individualizados, que contemplam adaptações curriculares e recursos específicos para atender a alunos com necessidades particulares, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista, conforme salientado por Schwartzman (2015).

Além disso, a formação contínua e colaborativa de professores, prevista por Pletsch (2020), garante que estratégias pedagógicas inovadoras sejam compartilhadas e aprimoradas, fortalecendo a aprendizagem de todos.

Dessa forma, integrar mediação social, ensino colaborativo, adaptação curricular e cultura escolar inclusiva permite transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde cada diferença é reconhecida, respeitada e transformada em oportunidade de crescimento e aprendizagem coletiva.

A inclusão deixa de ser um conceito abstrato e torna-se prática pedagógica concreta, orientada para o desenvolvimento integral de todos os alunos.

A inclusão escolar deve ser compreendida como um processo complexo, contínuo e socialmente mediado, que vai além da simples presença física dos alunos na escola. Mantoan (2015) destaca que:

A inclusão escolar envolve repensar a organização do ensino, a formação dos professores e a relação entre alunos, de modo a criar condições para que todos participem de forma efetiva. É um processo que exige flexibilidade, planejamento pedagógico diferenciado e atenção às singularidades de cada estudante, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento social de todos.” (MANTOAN, 2015, p. 35)

Para operacionalizar essa perspectiva, o ensino colaborativo surge como uma ferramenta essencial. Pletsch (2020) afirma que:

O trabalho colaborativo entre professores permite que estratégias pedagógicas sejam compartilhadas, adaptadas e enriquecidas, garantindo que diferentes perspectivas sobre o aprendizado sejam consideradas. Essa cooperação não apenas favorece o desenvolvimento

acadêmico, mas também fortalece a convivência, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo.”  
(PLETSCH, 2020, p. 57)

A compreensão do aprendizado como processo socialmente mediado, fundamentada em Vigotski, reforça a importância da interação e da mediação pedagógica no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos. Oliveira (2013) destaca que:

O aprendizado e o desenvolvimento não são processos isolados; eles se constituem em um processo sócio-histórico, no qual a participação do indivíduo em práticas culturais compartilhadas permite a internalização de conhecimentos e habilidades. A escola, portanto, deve organizar situações de ensino que promovam a colaboração, a comunicação e a construção conjunta do saber.”  
(OLIVEIRA, 2013, p. 51)

Essa mediação social é especialmente relevante para alunos com necessidades específicas, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista. Schwartzman (2015) afirma que:

Alunos com Transtorno do Espectro Autista apresentam características singulares no desenvolvimento social e na comunicação, o que exige adaptações pedagógicas e estratégias de ensino inclusivas que respeitem suas particularidades. A educação inclusiva não se limita à presença física na sala de aula, mas envolve garantir que esses alunos participem de forma ativa, significativa e com suporte adequado para promover sua aprendizagem e integração social.”  
(SCHWARTZMAN, 2015, p. 178)

Além disso, a criação de uma cultura escolar inclusiva é um elemento indispensável para que a inclusão se torne prática cotidiana. Glat (2007) observa que:

A efetivação da educação inclusiva depende da construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade, incentive práticas pedagógicas flexíveis e promova atitudes de respeito e cooperação entre todos os membros da comunidade educativa. A inclusão é um processo que exige reflexão crítica, formação continuada dos professores e compromisso coletivo para ser sustentável." (GLAT, 2007, p. 64)

Stainback e Stainback (1999) complementam essa perspectiva ao enfatizar que:

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os educadores planejem e desenvolvam estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades de cada aluno, promovendo participação ativa e aprendizagem significativa. Isso inclui a utilização de recursos diferenciados, atividades colaborativas e apoio contínuo, de modo que todos os estudantes se sintam valorizados e capazes de contribuir para o processo coletivo de construção do conhecimento." (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 56)

Na prática, essas ideias se traduzem em ações concretas, como a organização de grupos de aprendizagem cooperativa, onde alunos com diferentes habilidades trabalham juntos em tarefas significativas; a adoção de planos de ensino individualizados, que contemplam adaptações curriculares; e a formação contínua de professores, que permite compartilhar estratégias e

experiências, fortalecendo a inclusão. Assim, ao integrar mediação social, ensino colaborativo, adaptação curricular e cultura escolar inclusiva, a escola se torna um espaço capaz de reconhecer, valorizar e transformar as diferenças em oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral para todos os estudantes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das contribuições de Mantoan, Pletsch, Vigotski, Schwartzman, Stainback, Oliveira e Glat evidencia que a inclusão escolar é um processo complexo, contínuo e profundamente social. Mais do que garantir a presença física dos alunos na escola, trata-se de criar condições efetivas para que todos participem ativamente do aprendizado, respeitando suas diferenças e potencialidades.

A mediação social, conforme Vigotski e Oliveira, mostra-se essencial para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, enquanto o ensino colaborativo e a cultura escolar inclusiva, destacados por Pletsch, Glat e Stainback, permitem transformar a diversidade em oportunidades de aprendizagem coletiva.

Além disso, a atenção às necessidades específicas de alunos com Transtorno do Espectro Autista, conforme Schwartzman, reforça a necessidade de estratégias pedagógicas individualizadas, garantindo que a inclusão seja efetiva e significativa.

Portanto, a educação inclusiva deve ser compreendida como um compromisso coletivo, que envolve planejamento, adaptação curricular, colaboração docente e reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas. Somente por meio dessa articulação entre teoria e prática a escola se torna um espaço de desenvolvimento integral, onde a diversidade é valorizada e cada aluno tem a oportunidade de aprender, crescer e participar plenamente da vida escolar.

#### REFERENCIA BIBLIOGRAFICA.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 9. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise. Ensino colaborativo: um caminho para a inclusão escolar. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Transtornos do espectro do autismo e a educação inclusiva. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (orgs.). Psicologia, desenvolvimento humano e educação. São Paulo: Cortez, 2015. p. 173-190.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. 17. ed. São Paulo: Scipione, 2013.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e práticas na escola. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2007.